

Formação docente na perspectiva da educação das relações étnico-raciais

Teacher training from the perspective of education in ethnic-racial relations

DOI:10.34117/bjdv8n5-209

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

Ana Cristina Silva Daxenberger

Doutora em Educação Escolar pela UNESP

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Endereço: Rod. PB-79, km 12, Campus Universidade UFPB/CCA/DCFS - Areia - PB

CEP: 58397-000

E-mail: ana.daxenberger@academico.ufpb.br

Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho

Doutor em Sociologia pela UFPB

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Endereço: Rod. PB-79, km 12, Campus Universidade UFPB/CCA/DCFS - Areia - PB

CEP: 58397-000

E-mail: rosivaldo.sa@academico.ufpb.br

Risoneide Borges da Silva Costa

Doutoranda em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual da Paraíba

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Endereço: Rod. PB-79, km 12, Campus Universidade UFPB/CCA/DCFS - Areia - PB

CEP: 58397-000

E-mail: risocosta45@gmail.com

Kalline de Almeida Alves Carneiro

Doutora em Ciência do Solo pela UFPB

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Endereço: Rod. PB-79, km 12, Campus Universidade UFPB/CCA/DCFS - Areia - PB

CEP: 58397-000

E-mail: kallinequimica2014@gmail.com

Acsa Veras Nogueira Ferreira

Graduanda em Ciência Biológicas pela UFPB

Instituição: UFPB

Endereço: Sítio Geraldo de Cima / Zona Rural/ sem número

E-mail: acsa.veras@academico.ufpb.br

Mariana Travassos Duarte Lima

Graduanda em Ciência Biológicas pela UFPB

Instituição: UFPB

Endereço: Rua José Bernardo Ferreira, 22 – Malvinas; Campina Grande, PB

E-mail marianatravassos@outlook.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar os dados de pesquisa sobre a concepção de docentes sobre a temática afro-brasileira conforme a Lei 10.639/03 e apresentar as ações desenvolvidas no Prolicen junto ao curso de Ciências Biológicas, da UFPB. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, com a utilização de um questionário, tendo como participantes professores, educadores e interessados na temática sobre o fortalecimento da identidade afro-brasileira que frequentaram um curso de formação docente ofertado pelo Prolicen. Os dados foram analisados em categorias de estudos sobre a concepção dos participantes sobre a temática e os estudos sobre vossas práticas educacionais para o enfrentamento do racismo em ambiente escolar e sobre etnicidade. Quanto às produções relacionadas aos estudos pelos estudantes envolvidos no Prolicen, descrevemos: participação na formação docente aos participantes da pesquisa; a elaboração de recursos didáticos como vídeos aulas, página em rede social com publicação aberta a todos sobre etnicidade e educação antirracista; além da elaboração de um livro com propostas educativas organizadas em módulos que possam ser utilizadas no ensino fundamental.

Palavras-chave: formação docente, iniciação à docência, estudos étnicos.

ABSTRACT

This article aims to present research data on the conception of teachers on the Afro-Brazilian theme according to Law 10.639/03 and to present the actions developed in Prolicen together with the Biological Sciences course at UFPB. The research had a qualitative approach, with the use of a questionnaire, having as participants teachers, educators and those interested in the theme about strengthening the Afro-Brazilian identity who attended a teacher training course offered by Prolicen. Data were analyzed in categories of studies on the participants' conception of the theme and studies on their educational practices to face racism in the school environment and on ethnicity. As for the productions related to the studies by the students involved in Prolicen, we describe: participation in the teaching training of the research participants; the development of teaching resources such as video lessons, a social network page with publications open to all on ethnicity and anti-racist education; in addition to the elaboration of a book with educational proposals organized in modules that can be used in elementary school.

Keywords: teacher training, teaching initiation, ethnic studies.

1 INTRODUÇÃO

O preconceito baseado na aparência física, na cultura e/ou na religião foi trazido ao Brasil pelos colonizadores portugueses e, mesmo após nossa independência, o racismo continuou a ser perpetuado na sociedade brasileira. Ainda no Brasil republicano, o país continuava tendo como modelo a ideologia eurocêntrica e esse ideal contribuía para perpetuação do sentimento de repulsa aos negros, o que historicamente, resultou, na exclusão e marginalização social dessa população. Segundo a pesquisa sobre as características étnico-raciais da população feita pelo IBGE, em 2008, com uma amostra

de cerca de 15 mil participantes, 63,7% dos brasileiros consideram que a raça interfere na qualidade de vida dos cidadãos.

Mesmo sendo uma sociedade marcada por grande diversidade étnico-cultural, que faz com que tenhamos uma riqueza multicultural riquíssima, ao longo da história brasileira essa diversidade foi silenciada e desvalorizada, incluindo o âmbito educacional no qual predominou o modelo educacional eurocêntrico, apagando, dessa forma, a diversidade presente na sociedade brasileira, e silenciando os feitos, a história de lutas e as contribuições da população negra na formação social brasileira.

De acordo com Cardoso (2005, p.9), “não há preconceito racial que resista à luz do conhecimento e do estudo objetivo. Neste, como em tantos outros assuntos, o saber é o melhor remédio. Não era por acaso que o nazi-facismo queimava livros”. Refletindo a partir da ideia expressada por esse autor, destacamos a extrema importância de uma educação voltada para diversidade como parte do percurso formativo, do docente.

A partir do momento que os espaços educacionais ampliam o convívio social, a responsabilidade de formar uma identidade por meio da socialização, o processo formativo deixa de ser apenas da família e estende-se também aos profissionais da escola. Segundo Bento (2012) a formação da identidade da criança acontece por meio da socialização, e das relações estabelecidas com “o outro” é construída sua autoimagem e autoconceito, concluindo que “[...] o estágio em que está o adulto, no que diz respeito a sua identidade racial e sua percepção sobre diferenças raciais, é elemento importante no cuidado com a criança.” (BENTO, 2012, p. 112).

Por esta perspectiva, a escola tem uma grande responsabilidade para com a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que passaram a exigir o ensino história e cultura afro-brasileira e indígena. Desde então a escola se tornou uma instituição responsável pelo fortalecimento das identidades afro e indígena brasileira podendo assim atuar e contribuir para a construção uma sociedade mais igualitária. Segundo o que determina as leis, torna-se necessária concepção de uma pedagogia diversificada que supere as discriminações e dê oportunidades de acesso ao conhecimento, desenvolvendo ações afirmativas de valorização e reconhecimento da história e cultura afro-brasileira.

O Conselho Nacional de Educação (2004) afirma que “para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente”. (BRASIL, 2004a, p. 5). Considerando isto e vendo que o desejo de superação

do racismo presente em nossa sociedade é além de imperativo uma necessidade moral, por meio do Programa de Licenciatura (Prolicen) foi desenvolvido o projeto sob o título “Formação docente na perspectiva da educação das relações étnico-raciais: contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008”, que objetivou: buscar o reconhecimento e a valorização da cultura afro-brasileira buscando quebrar paradigmas racistas e preconceituosos associados à população negra brasileira, proporcionar uma educação responsável que promova a responsabilidade social dentro e fora da escola; entender como os docentes estão abordando a temática; romper com formas de preconceito e elaborar materiais didáticos que ajudem os docentes a levar o tema para o ambiente escolar.

Decorrente dos resultados e discussões oriundas da execução do projeto, o presente texto está organizado em três partes, além desta introdução. Na primeira parte apresentamos a metodologia adotada, descrevendo os percursos e ações realizadas; na segunda são apresentados resultados e discussões alcançados pelo projeto e ao final encerramos com alguns apontamentos necessários para a ampliação de ações e práticas antirracistas junto aos sistemas de ensino.

2 METODOLOGIA

As atividades realizadas no Projeto do Prolicen "Formação docente na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais: contribuindo para as discussões dos aspectos exigidos pelas Leis 10. 639/2003 e 11.645/2008" foram realizada concomitantemente às ações do Projeto de extensão universitária Probex com o título "Fortalecimento da identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais." coordenados pelos dois primeiros autores.

Após junção dos projetos passamos a ter momentos formativos com os coordenadores, orientadores e os professores colaboradores, através de chamadas de vídeo pelo Google Meet, além de chats de discussões com o propósito de aprofundarmos o tema, e assim começarmos as atividades do projeto. Vale ressaltar que as ações dos projetos foram desenvolvidas remotamente em função da pandemia de SARS-Covid-2, que assolava o mundo. Após o aprofundamento teórico e a manutenção desses estudos, ao longo do ano de 2021, foram realizadas as ações planejadas no Prolicen. A seguir elencaremos e descreveremos cada etapa com os resultados das produções.

Para a execução do projeto foi necessário à abertura de uma página na rede social *Instagram* para a manutenção de divulgação de conteúdo para população. Realizamos e

produzimos postagens em nossa página no *Instagram* @id.afrobraprojeto, como os seguintes temas: personalidades negras, movimentos sociais e sugestões de filmes que abordavam temas relacionados ao fortalecimento da identidade afro-brasileira. A ideia central de tais postagens era elucidar o público sobre personalidades negras históricas que foram silenciadas, assim como trazer à tona temas que abordassem o racismo e permitir que o público por meio de obras cinematográficas pudesse refletir sobre o racismo.

Como uma das principais ações do projeto, a formação docente ofertada a profissionais da educação, educadores sociais e estudantes de graduação, proporcionaram importantes debates sobre a valorização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira. Nesse espaço, de forma remota foram apresentadas e discutidas diferentes temáticas, como: A importância da educação para as relações étnico-raciais; A educação para as relações étnico-raciais na escola e o racismo estrutural; A invisibilidade do protagonismo negro no Brasil: as pesquisadoras negras; Educação física e o fortalecimento da identidade afro-brasileira; Religião e religiosidade de matriz africana; Os desafios dos jovens negros e negras ao ingresso a educação.. Cada momento formativo foi realizado por um professor colaborador do Probex e especialista na área. Foram 66 cursistas, com média de presença ao longo do curso de formação de 50 pessoas.

Outra atividade desenvolvida foi a aplicação de um questionário junto aos participantes do curso de formação docente, para avaliarmos a concepção dos cursistas sobre a temática a importância do ensino antirracista e suas estratégias de ensino. Essa pesquisa foi desenvolvida por meio de um questionário na plataforma Google, no qual eles responderam perguntas fechadas e abertas sobre a importância da temática na escola, periodicidade, quais eram os instrumentos pedagógicos e outros assuntos relacionados à educação das relações étnico raciais. Os dados do questionário serão posteriormente apresentados em resultados e discussões.

Outro resultado obtido foi a produção de um *workbook*, intitulado “O ensino aplicado ao fortalecimento da identidade afro-brasileira através de oficinas didático-pedagógicas”, no qual elaboramos sete módulos que trazem como material de leitura, descrição detalhada de como realizar ações pedagógicas em contextos educacionais. Os módulos apresentam esses temas: Identidade Afro-brasileira; Música Afro-brasileira; Dança e movimento; Personalidades e Calendário; Religião; Confecção de bonecas Abayomi; Estética capilar - Tranças e turbantes.

Por fim, para melhor orientar os cursistas na execução das oficinas, produzimos e compartilhamos com eles vídeos-aulas, explicando o passo a passo como desenvolver

cada módulo apresentados no *workbook*. As vídeo-aulas estão armazenadas no *drive* do projeto para que os interessados possam ter acesso ao material, assim como agravação de cada aula desenvolvida durante os momentos de formação feita com os cursistas, durante os momentos assíncronos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentaremos os resultados alcançados no Prolicen por categorias. A primeira será a discussão dos dados no questionário aos cursistas para posteriormente apresentar sobre a formação docente e dados da rede social: *Instagran*, *workbook* e vídeo-aulas.

3.1 OS DADOS DE QUESTIONÁRIO

O questionário foi enviado para os 66 educadores participantes do curso; destas 42 pessoas responderam, se identificando como professores do ensino fundamental II, educadores e estudantes de graduação. No Formulário foram feitas sete perguntas, cujos dados analisaremos a seguir.

Tratando sobre concepção da educação das relações étnico-racial na escola e sobre as questões didáticas, na primeira pergunta, 100% dos participantes concordaram sobre a importância da temática em sala de aula. Sobre se os docentes abordavam o tema em suas escolas, o resultado é 33 (78,6%) dos participantes responderam sim; 3 (7,1%) dos participantes responderam não; e 6 (14,3%) dos participantes responderam que não se aplica por não estarem lecionando no momento da aplicação do questionário.

Em relação aos temas específicos abordados em sala de aula, os participantes apontaram as seguintes temáticas em ordem de mais citados para menos: a Identidade Afro-brasileira 26 (61,9%) como maior indicador, o segundo tema mais abordado foi a Escravidão 23 (54,8%), o terceiro tema mais abordado foi a Contribuição dos negros na cultura (42,5%), o quarto tema mais abordado foi a Religião Afro-brasileira 17 (40,5%) e Personalidades negras 17 (40,5%), o quinto a Contribuição dos negros na dança 15 (35,7%), o sexto tema a Contribuição dos negros nas lutas 11(26,2%), o sétimo tema foi a Contribuição dos negros nas artes 10 (23,8%) e a Contribuição dos negros na licenciatura 10 (23,8%), o oitavo tema foi a Contribuição dos negros nas plantas medicinais 9 (21,4%) e 7 (16,7%) dos entrevistados respondeu que não se aplica nenhum dos temas mencionados na pesquisa, e 1 (2,4%) não trabalha em sala de aula os temas e 1 (2,4%) aborda os temas em livros infantis com personagens negros.

Sobre a questão da religião, em nosso país, ainda, há discriminação no cotidiano social e nas escolas se encaixando como um dos temas menos abordados em sala de aula. Segundo Oliveira (2012, s. p.39) “um Estado Laico, que não se confunde com um Estado ateu, mas sim um Estado onde se respeitam todos os credos e sua exteriorização. Assim sendo, não há confusão com a Igreja, onde os legitimados são aqueles escolhidos pelo povo, pontuando a importância da democracia em um Estado Laico”. O Estado laico ou Estado secular caracteriza um país ou nação com uma posição neutra no campo religioso, o Estado deve defender a liberdade religiosa e assegurar a cidadania, não permitindo a influência de doutrinas religiosas nos assuntos do Estado e nos estabelecimentos públicos, a exemplo de escolas, hospitais, repartições públicas etc. Dessa maneira, o Brasil é considerado oficialmente um país laico desde a Constituição Federal de 1891, quando houve a separação entre Estado e Igreja, contudo a laicidade ainda não é cumprida e isso tem visibilidade na questão do ensino religioso. A escola precisa assumir o papel social de valorizar a cultura e religiosidade materializando o que a Constituição Federal, no art. 5º traz sobre o direito de escolha religiosa, e para que possamos ter uma sociedade inclusiva e que respeite a todos o ensino sobre religiosidade não pode estar associado a uma ou duas religiões. Precisamos desconstruir os conceitos paradigmáticos dentro da escola pautados em currículo eurocêntrico, buscando o que Ferreira e Silva (2013) apresentam como a decolonização curricular, exigindo que:

Entender o currículo como espaço da diferença colonial nos leva a pensar que a questão do conhecimento que estamos tratando diz respeito tanto à cosmovisão e aos saberes eleitos para compor determinada matriz de conteúdos quanto às próprias vivências e suas reconfigurações, reconceitualizações etc. (FERREIRA e SILVA, 2013)

Quando questionados sobre quais eram os recursos que eles utilizavam para ensinar sobre fortalecimento afro-brasileiro, os dados mostraram, dos itens mais citados para os menos citados, que os recursos mais usados foram textos e artigos 23 (54,8%), Música 23 (54,8%), em segundo lugar a Internet 21 (50%), em terceiro lugar Filmes e Documentários 18 (42,9%), em quarto lugar Livros 17(40,5%), 7 (16,7%) responderam que não se aplica e 1 (2,4%) responderam que não trabalha usando recursos em sala de aula.

Sobre a periodicidade ou tempo em que se trabalham os temas, os participantes trabalham com mais frequência somente em datas comemorativas (Abolição da escravidão, Consciência Negra, outros) 14 (33,3%) e com ações associadas à de outros

professores 14 (33,3%), e que os temas eram trabalhados com menos frequência através de projetos 1 (2,4%), 1 (2,4%) respondeu que não trabalho em sala de aula e 10 (23,8%) responderam que não se aplica em sala.

Os dados acima reapresentam os dados dos pesquisadores Daxenberger, Sá Sobrinho e Silva (2017, p. 29) ao se tratar sobre as leis 10.639/03 e 11.645/05:

Segundo as leis supracitadas, a construção de um currículo pluricultural deveria ser oferecida ao longo do ano letivo. Analisando esta questão, chegou-se aos seguintes dados: os estudantes de Arara e Areia têm contato com estes conteúdos uma vez no bimestre para 27% dos entrevistados; apenas no dia da Consciência Negra para 25% na cidade de Arara, e na mesma data 5% para a cidade de Areia; 27% não estudam estes conteúdos; e os demais não responderam.

Diante de tais fatos, observa-se que o tema afro descendência, muitas vezes, só é abordado na semana em que se comemora a consciência negra, dia em que esta data é dedicada à reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira, sendo negligenciado o estudo ao longo do ano letivo. É urgente que os sistemas de ensino, possam investir mais em formação docente e nos gestores escolares, para que possam entender que a construção de práticas exitosas que valorize a diversidade é, necessariamente, um projeto coletivo de educação.

Os dados sobre os temas, recursos e periodicidade mostram que mesmo com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, conforme as leis nacionais, muitos docentes ainda não abordam os temas para além das datas comemorativas, e não têm os materiais necessários para poder implementar o ensino crítico como se espera nas Leis 10.639/03 e 11.645/05. Mesmo quando tem material ele não é de fácil acesso aos professores. Essa situação também foi constatada por Costa e Eugenio (2018) que em uma pesquisa bibliométrica na plataforma *Scielo* e nas cinco principais revistas especializadas em ensino de História, após um levantamento realizado com recorte temporal de período de 2003 (ano de promulgação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira) à 2017, evidencia-se que, de 2003 à 2017, foram encontrados apenas sete artigos especializados que abordam a forma como a História da África tem sido lecionada nos espaços escolares. Constatamos também que os livros, em tempo de pandemia deram lugar a materiais virtuais como internet, livros e artigos.

Quando questionado em quais áreas de conhecimento eles trabalhavam a temática, as disciplinas mais citadas para as menos são – o professor poderia escolher

mais que uma disciplina: História 23 (54,8%), Português (38,1%), Geografia (33,3%), Ciências (14,3%), Sociologia 5 (11,9%), Filosofia 2(4,8%) e Música 1 (2,4%), 7 (16,7%) responderam que não se aplica e 1 (2,4%) respondeu que a temática é trabalhada como interdisciplinar (figura 3). Identificamos que há áreas específicas que assumem a responsabilidade social sobre a educação das relações étnico raciais no ambiente escolar. Na maioria das vezes o tema só é abordado na disciplina de história, mas a interdisciplinaridade na educação é uma proposta educativa para a construção de práticas inclusivas, considerando que a formação integral dos educandos perpassa a formação acadêmica, política e humana que está presente em todas as áreas de conhecimento. Destacamos que a BNCC (2018) nas competências abaixo apresentadas, trata que a temática deve assumir caráter interdisciplinar para criarmos possibilidades de aceitação e reconhecimento das diversas culturas, construindo o que se espera em uma sociedade mais inclusiva e menos racista. Assim está previsto na BNCC:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BNCC, 2018 p. 9-10)

Na nossa concepção, a partir dos dados aqui apresentados, consideramos que é importante e necessário que temas como estes sejam debatidos, estejam mais presentes nos ambientes escolares e com maior periodicidade, pois a formação continuada dos educadores é um objeto primário para ações nas políticas públicas e o fortalecimento da identidade afro-brasileira, assim como vários teóricos apontam para a necessidade de enfrentarmos o racismo e construirmos novas relações sociais (PACCINI et al., 2022; FERREIRA e SILVA, 2020; ROZENO, 2021). E nas escolas, a criação de ações antirracistas é de competência de todos os atores sociais, para a superação do *Bullying*, da discriminação, do racismo e também de criação de espaço educativos acolhedores que fortaleça a identidade dos educandos, valorizando seus espaços sociais, sua cultura e suas raízes.

3.2 MOMENTOS DE FORMAÇÃO

Os efeitos da desvalorização do patrimônio histórico e cultural do africano do período de escravização durante a colonização no Brasil, ainda são percebidos no silenciamento e desvalorização da diversidade cultural afro-brasileira. Esse é um desafio que torna ainda mais significativo o ensino sobre o tema, e nos estimula a oferecer formação docente para rompermos com a reprodução da desigualdade social e consequentemente o fortalecimento da identidade afro-brasileira. Para isso, como já citado, a formação docente contou com encontros mensais, realizados de forma virtual com a divulgação realizada por meio da nossa página @id.afrobraprojeto. As aulas iniciaram em junho e foram até novembro, por meio da plataforma do *Google Meet*; com duração das formações iniciavam às 19 horas até 22 horas. Ocorriam por meio de palestra ou debate interativo, e também relatos e vivências de docentes em sala de aula. Tivemos uma média de 50 participantes por aula, as temáticas foram: A importância da educação para as relações étnico-raciais; A educação para as relações étnico-raciais na escola e o racismo estrutural; A invisibilidade do protagonismo negro no Brasil: as pesquisadoras negras; Educação física e o fortalecimento da identidade afro-brasileira; Religião e religiosidade de matriz africana; Os desafios dos jovens negros e negras ao ingresso a educação.

Antes de cada evento, a coordenação do Prolicen encaminhava aos cursistas um texto de estudos que nortearia os debates no curso de formação, e durante a dinâmica de aula, os professores formadores/colaboradores, abriam para o debate e discussões, de maneira interativa para que os cursistas pudessem trazer suas experiências e vivências, ampliando o conhecimento proposto nos encontros formativos, desconstruindo e reconstruindo alguns conhecimentos estereotipados, silenciados ou esquecidos sobre a população negra brasileira, sua cultura e valores étnico-raciais. Dessa maneira, na prática formativa, buscamos desenvolver a decolonização como proposta por Ferreira e Silva (2020, p. 93):

Na perspectiva teórica decolonial destaca a premissa fanoniana da cisão do mundo colonizado, ou seja, compreendemos que o colonialismo, para além da expansão e da conquista territorial, forjou uma nova ordem mundial: o sistema-mundo moderno/colonial, no qual estavam inscritos ideais de justiça, igualdade e liberdade a partir de uma classificação racial da sociedade moderna que atendia aos interesses de alguns poucos donos do mundo.

Esses momentos de formação são importantes, pois conforme afirma Garcia (1987):

podemos então definir a formação contínua como sendo um conjunto de atividades desenvolvidas pelos professores em exercício com objetivo formativo, realizadas individualmente ou em grupo, visando tanto ao desenvolvimento pessoal como profissional, na direção de prepará-los para a realização de suas atuais tarefas ou outras novas que se coloquem. (GARCIA, 1987, p.23)

Sabendo que a realidade de sala de aula se distânciava muitas vezes das reais necessidades locais das escolas e, sobretudo, da construção de um projeto de sociedade, uma formação para educação antirracista vai não só colaborar para o desenvolvimento pessoal dos profissionais da educação, como também oportunizar a formação de pessoas mais conscientes sobre seus papéis sociais contribuindo no desenvolvimento profissional. Além disso, a formação continuada de professores pode atualizar a formação inicial, que muitas vezes, ainda, foi feita a partir de um currículo eurocêntrico. Assim como traz a Mizukami (2002):

A ideia de processo - e, portanto, de continuum - obriga a considerar a necessidade de estabelecimento de um fio condutor que vá produzindo os sentidos e explicitando os significados ao longo de toda a vida do professor, garantido, aí mesmo tempo, os nexos entre a formação inicial, a continuada e as experiências vividas. (MIZUKAMI, 2002, p. 16).

3.3 PÁGINA VIRTUAL

Com nossa página virtual @id.afrobraprojeto tivemos um bom retorno de público, tendo em dezembro de 2021, 1558 seguidores. Vale ressaltar que a página foi aberta em 2020, ano em que se iniciou a pandemia, em função da necessidade de continuidade das ações de extensão pela universidade. Do público de seguidores, temos professores e outras pessoas interessadas no tema que ora interagem com curtidas nas postagens ora em comentários sobre as matérias postadas.

Sobre as postagens nas páginas foram publicados temas que enfatizam a importância do fortalecimento da identidade afro-brasileira. Como forma organizativa para as publicações utilizamos a escolha de datas específicas, que retratavam a história de personalidades negras ou outras que por algum acontecimento na história deixaram seu legado para a humanidade, assim como datas de publicações de fatos importantes sobre a cultura afro-brasileira. Além de postagens sobre fatos importantes sobre a população negra, formação docente. Além disso, deixamos também indicações de filmes; na grande maioria baseados em fatos reais, com intenção de reforçar a importância do povo negro sua luta e seu legado. Temas atuais e de grande relevância também eram evidenciados, sempre associando as ações da página com as ações do Probex.

Sobre os dados de impacto, os dados da página mostram que, em 90 dias, de 19 de outubro a 16 de janeiro, data da escrita desse relatório, a visão geral dos insights (impactos) são de 1.448, sendo 157 de engajamento e 1541, tendo sido 37 publicações ao longo de junho a dezembro de 2021.

3.4 WORKBOOK E VÍDEO AULAS

Reconhecendo a deficiência existente na aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e sabendo que muitas escolas brasileiras, ao longo de suas histórias reproduziram um currículo pautado no modelo eurocentrista e considerando a necessidade de socializar boas práticas no campo da educação antirracista e a necessidade de se oferecer aos professores uma formação mais crítica no tocante à construção de valores de igualdade racial foi elaborado o workbook, em parceria com o projeto Probex. O livro foi escrito por bolsistas e voluntários dos dois projetos Prolicen e Probex e é composto por sete módulos com temáticas relacionadas ao tema. Como já informado todo material produzido pelo projeto foi enviado aos cursistas da formação docente via e-mail e disponibilizado no drive do projeto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as reflexões e dados abordados acerca do tema, nota-se que apesar da lei 10.639/03 e posteriormente a lei 11.645/2008 garantirem a inclusão da educação das relações étnico-raciais na escola, incentivarem a produção de material pedagógico dentro do ambiente escolar e muitos avanços terem sido conquistados. Ainda assim o desafio de implementar o conteúdo no currículo escolar é muito grande e ainda sofre com muita resistência por alguns educadores.

Por isso, é essencial que a educação das relações étnico-raciais seja discutida e implementada com a participação de toda a comunidade escolar, tendo em vista a valorização e respeito às pessoas negras e indígenas, para assim conseguirem uma maior representatividade no meio escolar.

Observando o resultado apresentado no formulário e o observado nos momentos formativos, vemos a importância do projeto para contribuir e ajudar no desenvolvimento dos docentes e graduandos em formação. Dessa forma, podemos afirmar que é de extrema importância a apresentação do tema para ajudar com autoconhecimento e o fortalecimento da identidade brasileira de maneira a construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Para nós, o projeto nos apresentou novas formas de abordar o tema em sala de aula e também mostrou a importância de abordar a temática em todas as áreas de conhecimento. Como futuras educadoras entendemos que trabalhar esta temática com a finalidade de estimular o respeito dos alunos despertem para diversidade e as contribuições de diferentes povos na construção do país, se faz necessários. Ajudar os educandos a desenvolverem uma educação de respeito para com o outro, compreendendo que cada indivíduo é diferente, e que cada ser humano tem o seu valor e a sua própria identidade é uma questão política pedagógica, assim como Freire (1997) afirma a educação sozinha não muda o mundo, mas sem ela não se muda a sociedade.

Dessa maneira destacamos a importância do projeto não só pela produção de materiais, mas pela contribuição na formação profissional e pessoal dos envolvidos no projeto, fossem bolsistas, voluntários ou participantes. Contribuindo não só para a formação docente, mas também para torná-los seres conscientes sobre a verdadeira história do povo brasileiro, servindo como transformação da realidade social que tanto nos envergonha: o racismo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, Fabiana; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília BRASIL. Senado Brasileiro: Brasília, 2004.

COSTA, R.; EUGENIO, B. **O Ensino de História da África e a produção acadêmica: o que dizem as revistas de Ensino de História no período 2003-2017?**. Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar. Mossoró, RN, v. 4, n. 11, p. 298 – 308, jun. 2018.

DAXENBERGER, A. C. S.; SÁ SOBRINHO, R. G. **Identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais**. Debates em Educação, [S. l.], v. 11, n. 23, p. 555–571, 2019. DOI: 10.28998/2175-6600.2019v11n23p555-571. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/5577>. Acesso em: 26 out. 2021.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de Sá; SILVA, Magna Lúcia da. **Educação e Etnicidade: Diálogos e interdisciplinares**. In: **EDUCAÇÃO e Etnicidade: Diálogos e interdisciplinares**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017. cap. 1, p. 29-30. ISBN 978-85-237-1294-5. Disponível em: <file:///C:/Users/acsav/Downloads/livro%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20etnicidade%20di%C3%A1logos%20interdisciplinares%20ebook%20final.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de Sá. A Diversidade Como Princípio dos Estudos Étnico-raciais. In: **A DIVERSIDADE Como Princípio dos Estudos Étnico-raciais**. João Pessoa: Editora Tempo, 2015. cap. 3, p. 38-39. ISBN 978-85-69969-00-6. Disponível em: [file:///C:/Users/acsav/Downloads/LIVRO%20ISBN%20ana%20cristina%20silva%20da%20xenberger%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/acsav/Downloads/LIVRO%20ISBN%20ana%20cristina%20silva%20da%20xenberger%20(1).pdf). Acesso em: 22 jan. 2022.

FERREIRA, M. G; SILVA, J.F. Educação das relações étnico-raciais: um caminho aberto para a construção da educação intercultural crítica. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v.7, p. 248-272, 2013. Acesso em dezembro de 2021. Disponível em:

<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/570>

FERREIRA, M. G; SILVA, J.F. **Currículo e educação das relações étnico-raciais: elementos para construção de práxis curriculares antirracistas**, in RODRIGUES, A.C.S; ALBINEO, A.C. A.; SÜSSETKIND, M.L. Democracia, Educação e Políticas Curriculares nas pesquisa com Currículo. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

GARCIA Alvarez, J. **Fundamentos de la Formación Permanente del Profesorado mediante el empleo del vídeo.** Barcelona, EUB, 1987.

Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação.** São Carlos: edUFSCar, 2002.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** 35Brasília: MEC-SECAD, 2005.

PACCINI, Jassonia Lima Vasconcelos, et. all. Reflexões sobre a noção de raça/racismo e suas implicações. In **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.8, n.2, p. 10762-10778 feb. 2022 Acesso em Abril de 2022, Disponível em file:///C:/Users/anada/Downloads/43945-109895-1-PB.pdf

ROZENO, Michelly Cristina, et. all. Intolerância religiosa, um racismo religioso que dura mais de cinco séculos. In **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.5, p. 45924-45936 may. 2021. Acesso em Abril de 2022. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/29457/pdf>